

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O QUADRO ENUNCIATIVO DO DISCURSO MEDIÁTICO

ADRIANO DUARTE RODRIGUES

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Resumo

Este texto pretende reflectir sobre as diferenças mais significativas das interacções discursivas tecnicamente mediatizadas em relação às interacções face a face e mostrar que os dispositivos de mediatização intervêm sobretudo na constituição dos quadros da enunciação.

Palavras-chave

Discurso; Interação face a face; Interação mediática; Quadro enunciativo.

Uma das características importantes dos discursos mediáticos é o facto de utilizarem dispositivos que exigem a explicitação de componentes do quadro enunciativo. Ao contrário das interacções face a face, em que as instâncias enunciativas, em particular a identificação dos interactantes e as coordenadas de espaço e de tempo que delimitam as fronteiras do quadro enunciativo, são manifestas para todos os interactantes e não precisam, por conseguinte, de ser explicitadas, as interacções que utilizam dispositivos de mediatização, tais como a escrita, o telefone, a radiodifusão, a televisão ou a internet, não podem prescindir de recursos discursivos para a constituição do quadro enunciativo, do processo de explicitação de marcas da sua enunciação¹. É claro que qualquer interacção discursiva, quer seja face a face quer seja mediatizada, requer a delimitação do seu quadro enunciativo, mas, enquanto no primeiro caso são os interlocutores que são responsáveis pela sua delimitação e pelo constante controlo dos seus limites, no segundo caso esta responsabilidade está dependente do funcionamento do(s) dispositivo(s) de mediatização.

Esta distinção entre as interacções discursivas face a face e as que são mediatizadas é importante, uma vez que é o quadro enunciativo que constitui a componente simbólica dos discursos, formada pelo conjunto das hipóteses interpretativas que os interactantes têm que pressupor em comum, para que aquilo que dizem tenha sentido e seja, por conseguinte, compreensível. Bem vistas as coisas, é a maneira como os dispositivos interferem na constituição do quadro enunciativo dos discursos que os utilizam como suporte que distingue propriamente esses discursos das interacções discursivas entre interactantes

1 Para uma abordagem sistemática das componentes do quadro enunciativo poderá ser consultado Rodrigues 2005, 63-106.

que estão em presença face a face.

Para entendermos o papel do quadro enunciativo na constituição do sentido basta pensar que a ocorrência de uma materialidade verbal tem um sentido dentro de um determinado quadro enunciativo, mas adquire outros sentidos ou é inclusivamente absurda num outro quadro. Assim, por exemplo, dizer "obrigado" a alguém que acaba de me prestar auxílio é um acto de agradecimento perfeitamente razoável e esperado, mas não tem sentido dizer "obrigado" a alguém que acaba de me dirigir uma saudação, a não ser em situações irónicas relativamente raras. Como vemos, entre estes dois casos não é a materialidade da expressão verbal que se altera; é o quadro enunciativo formado, no primeiro caso, pela ajuda que alguém acabou de me prestar e, no segundo caso, pela saudação que alguém me dirigiu.

Tomar a sério o processo de constituição dos quadros enunciativos equivale a uma demarcação em relação à chamada análise crítica do discurso mediático (ACD), que pretende mostrar que, em geral, a materialidade textual, e, em especial, a utilização dos recursos retóricos dos discursos mediáticos são responsáveis pela construção e pela imposição da realidade, pela manipulação das audiências, procurando assim denunciar o facto de servir a imposição de ideologias dominantes. Ao contrário desta maneira de ver, o que está em causa não é a materialidade dos textos de que são formados os enunciados dos discursos mediáticos, mas o seu quadro enunciativo. É este quadro que constrói o mundo no seio do qual existe e tem sentido aquilo a que os discursos se referem e que pretendem impor à audiência.

Não se trata de negar que os discursos mediáticos impõem visões do mundo e ideologias dominantes e alimentam as diferentes formas de dominação, mas de afirmar que esta característica não é específica destas modalidades de discurso. Bem vistas as coisas, qualquer discurso, inclusivamente o discurso que estou neste momento a escrever e que o leitor está a interpretar no momento em que tiver disponibilidade e suficiente paciência para o ler, insere-se num processo de imposição de ideias, procurando levar os interlocutores a aceitar aquilo que o locutor pretende fazer aceitar como verdadeiro, como bom, como belo ou, pelo menos, como relevante e digno de interesse. Falar com um familiar, um amigo ou um desconhecido, escrever uma carta, telefonar a um amigo ou a um potencial cliente de uma empresa, escrever uma novela ou um romance, fazer um discurso num comício político ou num evento festivo, participar num programa radiofónico ou num programa televisivo, escrever uma mensagem electrónica são inevitavelmente utilizações dos recursos retóricos da linguagem, processos destinados a manipular os interlocutores, uma vez que pretendem fazê-los admitir juízos acerca da veracidade, da plausibilidade, da justeza ou da relevância e do interesse do estado de coisas em que o locutor acredita e que pretende fazer aceitar pelos outros. Seria muito estranho que os discursos mediáticos escapassem a esta condição da linguagem humana. Será porventura possível imaginar ou credível que os discursos mediáticos construam representações do mundo que os seus locutores não pretendam fazer aceitar, com as quais não estejam de acordo ou que não

lhes pareçam relevantes nem interessantes para si ou para as causas que entendem promover? Será porventura possível imaginar um discurso que não utilize recursos retóricos? É por isso que temos que considerar a chamada ACD como um projecto situado fora do mundo, uma efabulação a partir de um não-lugar, uma u-topia a partir da qual se pretende julgar os discursos dos outros, esquecendo-se de que, nessa sua pretensão, não pode deixar de utilizar os mesmos recursos da linguagem humana que denuncia nos outros discursos². Ao mostrar que os discursos mediáticos são instrumentos do poder e manipulam as audiências para fazerem aceitar o interesses das classes dominantes e ideologias conservadores, a ACD está simplesmente a dizer que a linguagem humana, quaisquer que sejam as suas formas de expressão, inclusivamente as que duas vizinhas utilizam quando conversam entre si à porta de casa, é o dispositivo simbólico da sociabilidade por excelência e que, por isso, é alimentada pelo senso comum das ideologias dominantes e dos quadros culturais indiscutíveis da sociedade envolvente.

Deste modo, se quisermos dar conta daquilo que distingue os discursos mediáticos das outras modalidades de discurso, a questão não consiste em olhar para as expressões materiais dos enunciados, dos discursos ou dos textos mediáticos para ver neles manifestações ideológicas, porque essas manifestações não são específicas dos discursos veiculados pelos dispositivos mediáticos, mas para aquilo que advém aos discursos pelo facto de utilizarem esses dispositivos, para a maneira como esses dispositivos interferem na formação do quadro enunciativo, na constituição dos pressupostos que os interlocutores têm que admitir para poderem dar sentido a esses discursos.

A questão que devemos, por conseguinte, colocar é a de saber quais são as marcas da enunciação formadas pelos dispositivos mediáticos que asseguram a construção do mundo a que se referem os enunciados que os utilizam, como se constrói o mundo que deve ser aceite como indiscutível pelos interactantes para lhes atribuírem sentido e os tornarem portanto compreensíveis.

A mais óbvia consequência da utilização de dispositivos mediáticos numa interacção discursiva é a autonomização de cada uma e do conjunto das componentes do quadro enunciativo. É para poder fazer chegar o discurso a quem não está *aqui e agora* presente no momento em que o locutor o produz que utilizamos a escrita e é para podermos falar com alguém que não está nesse momento presente no mesmo local em que nos encontramos que utilizamos o telefone. É para assegurar a interacção discursiva com uma multiplicidade de interlocutores independentemente daqueles que estão *aqui e agora* presentes

2 Não é evidentemente objectivo deste texto apresentar nos seus múltiplos aspectos uma discussão das virtudes e dos defeitos da ACD. Para uma discussão não preconceituosa das abordagens da ACD pode ser consultada a interessante obra de Wooffitt 2005.

no mesmo local e no mesmo momento em que o locutor o enuncia que se utiliza a rádio ou a televisão. Cada um dos dispositivos de mediatização do discurso autonomiza, por conseguinte, ora uma, ora outra componente do quadro enunciativo. Reparemos que era já para esta autonomização do discurso em relação ao seu autor que Platão alertava no *Fedro* (274d e ss.).

Se repararmos, cada um dos dispositivos mediáticos obriga, por isso, a actualizar discursivamente as marcas da componente do quadro enunciativo que ele autonomiza. Assim, pelo facto de o dispositivo telefónico celular autonomizar a componente espacial do quadro enunciativo, os interlocutores têm que a marcar discursivamente, utilizando nomeadamente as marcas dísticas desta componente. Pelo facto de o dispositivo epistolar autonomizar, tanto a identidade dos interlocutores, como a componente espacial e a componente temporal do quadro enunciativo, os interlocutores têm que explicitar discursivamente as marcas destas componentes, através da assinatura e da datação da carta. Pelo facto de o dispositivo televisivo autonomizar a componente pessoal, espacial e, no caso de discursos gravados emitidos em diferido, também a componente temporal do quadro enunciativo, os discursos televisivos têm que explicitar discursivamente as marcas destas componentes.

Aquilo que caracteriza, por conseguinte, os discursos que utilizam um determinado dispositivo mediático é o facto de terem que inscrever as marcas discursivas das componentes enunciativas que os respectivos dispositivos mediáticos autonomizam. Assim, uma carta precisa da inscrição da identidade do locutor, assim como a localização temporal e local do acto de enunciação, para poder compensar a autonomização destas componentes da enunciação que caracteriza o dispositivo epistolar. No caso de um telefonema que não utiliza a rede fixa, os interlocutores têm que inscrever nos seus enunciados marcas discursivas que assegurem a sua identidade, assim como a identidade do local em que se encontram³, mas evidentemente seria supérfluo e, por isso, não teria sentido a inscrição de marcas da localização temporal nos seus enunciados, uma vez que esta componente não é objecto de autonomização por parte do dispositivo telefónico.

O facto de os dispositivos mediáticos autonomizarem marcas enunciativas confere uma dimensão dialógica⁴ particularmente complexa aos discursos mediáticos. Esta complexidade manifesta-se em particular no jogo com a multiplicidade de enunciadores que põe em cena e na diversidade dos lugares e dos momentos em que se situa a interacção

3 A inscrição de marcas da identidade do local em que se encontram os interlocutores de um telefonema tornou-se necessária evidentemente com a utilização dos telemóveis. Ver a este propósito o livro esclarecedor de Maurizio Ferraris 2005.

4 Por componente dialógica entendo o processo de interactividade que os enunciadores estabelecem entre si, independentemente do facto de os interlocutores alternarem entre si o uso da palavra, característica a que habitualmente se dá o nome de dialogal (Bakhtine 1970, 33 e ss.; Moeschler 1985, 14-15; Roulet & al. 1985).

discursiva. Assim, por exemplo, numa entrevista televisiva, podemos observar um processo de interacção entre entrevistador e entrevistado, mas na realidade trata-se de um processo a que Erving Goffman dava o nome de estratificação de quadro ou da estrutura enunciativa (Goffman 1991, 160). Ao longo deste processo de estratificação, cada um dos quadros é englobado por um outro, levando assim os interlocutores presentes na cena a interagirem com interlocutores ausentes, formando o que habitualmente é designado por audiência. Não admira, por isso, que o entrevistador comece habitualmente por se dirigir ao entrevistado dizendo o seu nome, a sua profissão e falando de um conjunto de outros elementos do seu curriculum. Esta intervenção seria evidentemente incompreensível e não teria por isso sentido se, na realidade, se inscrevesse apenas no quadro em que entrevistador e entrevistado ocupam os lugares da locução, se fosse apenas endereçada pelo entrevistador ao entrevistado. Não é de facto imaginável que o entrevistado não saiba o seu nome, qual a sua profissão e todo o conjunto de marcas identitárias verbalizadas pelo entrevistador. O sentido daquilo que o entrevistador diz tem, no entanto, sentido porque está situado no quadro enunciativo da interacção que estabelece, não com o entrevistado, mas com a audiência, constituída por interlocutores situados num outro quadro enunciativo. No caso de emissões gravadas que são emitidas em diferido, também as marcas d'ícticas da localização temporal comportam esta duplicidade de quadros enunciativos. Assim, por exemplo, o locutor, ao gravar o seu discurso de manhã, pode dirigir-se à audiência dizendo *boa noite*, tendo em conta que a gravação será emitida em horário nocturno.

O quadro enunciativo do dispositivo televisivo pode ainda complexificar-se mais, ao desdobrar a audiência numa diversidade de audiências situadas em cenas diferentes, podendo, neste caso, jogar com a possibilidade de, a qualquer momento, alguma destas audiências ocupar lugares de locutário e de locutor. O caso mais frequente é talvez o dos programas com a presença em estúdio de espectadores que podem, a qualquer momento, tornar-se locutores, ocupar o espaço de locução, por decisão própria ou, como acontece mais frequentemente, por lhe ser dada a palavra. Mas esta possibilidade pode ser também provocada pela abertura da antena a participantes exteriores, por ocasião de reportagens ou de telefonemas em directo.

O dispositivo mediático intervém ainda na regulação do processo de negociação indispensável para a determinação do direito e/ou do dever de tomar a iniciativa da interacção discursiva, assim como para a determinação de quem tem o direito e/ou o dever de formular questões e de quem tem o direito e/ou o dever de responder às questões formuladas.

Nas interacções face a face, a iniciativa de tomada da palavra resulta de processos de negociação que contam com a participação dos interlocutores e que mobilizam, não só recursos verbais (*está(s) bom? Já não me conheces? Como vais?*), mas também para-

-verbais, tais como o tom e o volume de voz, e extra-verbais, quer de natureza mímica, tais como os relances de olhares, o aceno ou a palmada nas costas, quer de natureza proxémica e quinésica. Já o caso das interacções mediáticas, esta negociação é regulada e realizada de antemão pelo funcionamento do próprio dispositivo. Assim, nas interacções telefónicas, é ao toque da campainha do aparelho que compete assegurar esta função. É certo que o telefone toca porque alguém digitou o número ao correspondente, mas é ao dispositivo telefónico que compete assegurar que este gesto inicie efectivamente a abertura da interacção telefónica, intimando o interlocutor a responder. Como podemos facilmente observar, cada um dos dispositivos mediáticos possui os seus próprios recursos para a regulação e para a realização da iniciativa da interacção verbal, fixando de antemão o momento, o lugar e o papel de cada um dos interlocutores na cena discursiva.

O dever e/ou o direito de colocar questões e de responder às questões colocadas também são negociados em permanência no caso das interacções face a face, podendo inclusivamente assistir-se, no decurso da interacção, à inversão dos papéis desempenhados pelos interactantes. Para o efeito, mobilizam recursos ou dispositivos conversacionais verbais (*a propósito já ouviste falar de x?, deixa que te diga, escuta esta, não te importas de me dizer se x, posso dizer-te que x?, posso perguntar-te se x*), para-verbais, tais como o aumento do volume da voz, as variações de aceleração ou de subida do tom da voz, ou para-verbais, tanto mímicos, como proxémicos e quinésicos. Esta negociação nem sempre é obviamente bem sucedida, podendo os interactantes desenvolver, durante algum tempo, estratégias de competição entre si para saber quem vai assegurar o direito de colocar questões e quem vai assegurar o dever de lhes responder, com a conseqüente ocorrência, mais ou menos prolongada, consoante as dificuldades da negociação, de fenómenos de sobreposição das falas de vários interactantes. Idênticos fenómenos de negociação e de insucesso da negociação do direito a fazer perguntas ou a responder-lhes podem acontecer no caso dos discursos mediáticos, em particular nos casos de mesas redondas ou daquilo a que se dá habitualmente o nome de *talk shows*, géneros discursivos que tendem precisamente a imitar o funcionamento da conversação espontânea, não mediatizada. Mas habitualmente, no caso das interacções mediatizadas, a negociação do direito a colocar perguntas e do direito a responder-lhes é regulada pelo próprio dispositivo mediático, ao atribuir de antemão a cada participante o seu lugar de fala, sendo o direito a colocar perguntas reservado a quem representa o próprio dispositivo mediático, quer sob a figura de entrevistador, quer sob a figura do moderador. Assim, no caso dos discursos mediáticos, quando algum dos interactantes a que o dispositivo não atribui este lugar procura ocupá-lo, procurando de algum modo usurpá-lo, assistimos invariavelmente à utilização de recursos verbais próprios do dispositivo mediático destinados a repor o quadro enunciativo adequado: *aqui quem faz as perguntas sou eu* - diz o entrevistador ou *é a mim que compete dar a palavra* - diz o moderador. A prova de que se trata de um recurso específico

da interacção discursiva mediática é o facto de não se estranhar a utilização destes reparos, em geral aceites como indiscutíveis, ao passo que, numa interacção não mediática, o uso de semelhantes recursos tenderia a provocar a ruptura da interacção, por equivaler precisamente a um atentado contra aquilo a que Erving Goffman dava o nome de face do interlocutor, isto é, contra o valor sagrado de cada um dos interactantes fazer valer, ver respeitado e preservado o seu direito à negociação do seu papel no funcionamento da interacção conversacional. (Goffman 1974; 1987)

O dispositivo mediático tem também incidências ou efeitos notáveis sobre o próprio processo de alocação, incidências que o diferenciam de outras modalidades de interacção discursiva. O efeito mais evidente do dispositivo mediático consiste no fechamento do campo de percepção sensorial no quadro enunciativo que ele autonomiza. Numa interacção face a face, o campo de percepção dos interactantes, embora delimitado pelas componentes que formam o quadro enunciativo, não é fechado, porque os interactantes estão em permanência envolvidos pelo mundo exterior, de onde recebem em permanência elementos a que podem recorrer, quer para interpretar o que dizem, quer para tomar a iniciativa de novos tópicos, fazendo assim jogar em permanência a sua capacidade de negociação do próprio quadro enunciativo. É a participação dos interactantes nesta negociação da abertura do quadro enunciativo que se torna problemática no caso do discurso mediático. Assim, por exemplo, no caso do dispositivo telefónico, a alocação está delimitada pela percepção da ocorrência dos fenómenos sonoros que o dispositivo autonomiza. Para além dos fenómenos sonoros que o dispositivo telefónico autonomiza não existem mais fenómenos sensoriais que os interlocutores relevantes, quer da parte do locutário, quer do meio envolvente, e a que possam recorrer ou que possam mobilizar para a compreensão dos seus enunciados. A incidência do dispositivo radiofónico na alocação é parcialmente idêntica à do dispositivo telefónico, com a diferença, apesar de tudo notável, de o próprio dispositivo radiofónico poder fazer intervir processos específicos de simulação do mundo exterior e de, assim, criar a ilusão da abertura do quadro interactivo próprio da interacção não mediatizada. O caso da incidência do dispositivo televisivo na alocação, além de produzir efeitos idênticos aos do dispositivo radiofónico, joga com a construção de um quadro de definição da percepção visual. Deste modo, os interactantes têm à sua disposição dentro do quadro delimitado pelo ecrã a totalidade dos elementos a que podem recorrer e que podem mobilizar para a interpretação do discurso televisivo. É o enclausuramento no quadro enunciativo produzido pelos recursos próprios do dispositivo mediático, de os interlocutores não terem mais nada à sua disposição para a interpretação do discurso mediático para além daquilo que o dispositivo autonomiza, que caracteriza propriamente os discursos mediáticos. Os interlocutores são assim levados a entrar num

processo de interacção regulado, realizado e delimitado pelo quadro enunciativo produzido pelo dispositivo mediático, abdicando, ou pelo menos relegando para segundo plano, a sua intervenção nos processos de negociação das componentes enunciativas, em particular do direito e/ou do dever de tomar a iniciativa da interacção, de formular e de mudar os tópicos do discurso, de fazer perguntas e de responder-lhes, de tomar a iniciativa e de dar por terminada a interacção.

É este fechamento do quadro enunciativo operado pelo dispositivo mediático que confere sedução, fascínio e envolvimento às interacções específicas do discurso que o utiliza como suporte, provocando a experiência de um mundo total, já todo construído, independente do trabalho de negociação exigido no caso das interacções face a face. O alocutário do discurso mediático é como que arrebatado ao mundo real e envolvido pelo quadro enunciativo que o dispositivo cria por ele e para ele, descansando assim do trabalho de delimitação das fronteiras, sempre fluidas, efémeras e problemáticas, que enquadram as interacções que, na vida real, tem que estabelecer constantemente com os outros.

BIBLIOGRAFIA

- Bakhtine, M. (1970) – *La Poétique de Dostoiewski*, Essais, Paris, Seuil.
- Charaudeau, P. & Ghiglione, R. (1997) – *La Parole Confisquée. Un genre télévisuel : le talk show*, Paris, Dunod.
- Charaudeau, P. (2005) – *Les Médias et l'Information. L'Impossible Transparence du Discours*, Bruxelles, De Boeck.
- Ferraris, M. (2005) – *Dove sei? Ontologia del Telefonino*, Milan, Tascabili Bompiani, com prefácio de Umberto Eco.
- Goffman, E. (1974) – *Les Rites d'Interaction*, Paris, Minuit.
- Goffman, E. (1987) – *Façons de Parler*, Paris, Minuit.
- Goffman, E. (1991) – *Les Cadres de l'Expérience*, Paris, Minuit.
- Moeschler, J (1985) – *Argumentation et Conversation. Eléments pour une Analyse Pragmatique du Discours*, Paris, Hatier-Crédif.
- Rodrigues, A. D. (2005) – *A Partitura Invisível. Para uma Abordagem Interactiva da Linguagem*, Lisboa, Colibri, 2ª edição.
- Roulet, E. & al. (1985) – *L'articulation du Discours en Français Contemporain*, Berne, Lang.
- Wooffitt, R. (2005) – *Conversation Analysis and Discourse Analysis. A Comparative and Critical Introduction*, Sage Publications.